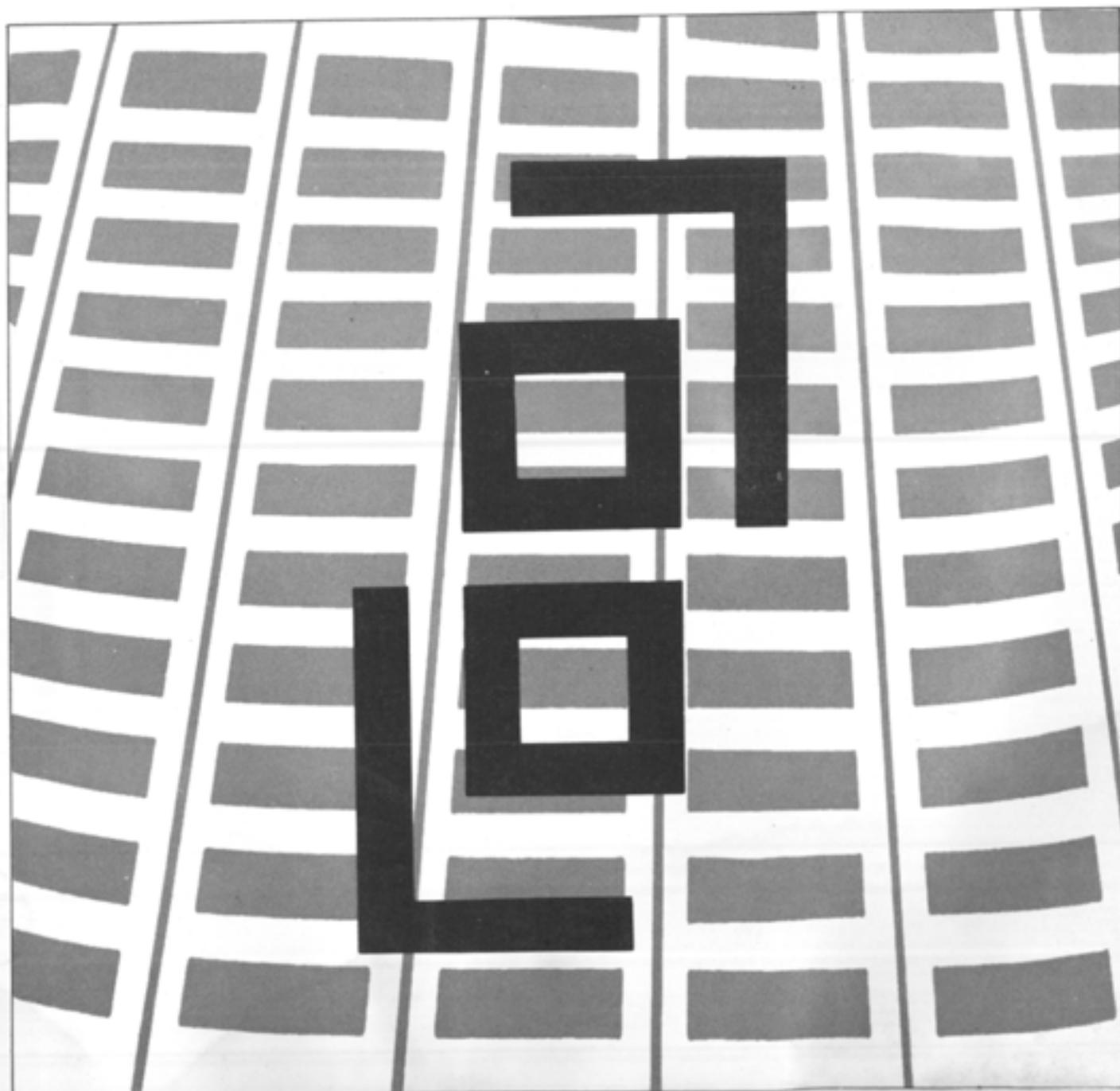


# arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

N.º 1 — ANO I — ABRIL 1973



Arquivologia e Cibernética

pag.  
8

# ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Praça da República, 26 — ZC - 14 — 20.000  
Tel. 252-2338 — Rio de Janeiro — GB — Brasil

## *Diretoria Triênio 1973/75*

Presidente: José Pedro Pinto Esposel

Vice-Presidente: Fernando Salinas

1.ª Secretária: Marly dos S. C. Vasconcelos

2.ª Secretária: Marina A. F. de Sant'Ana

1.ª Tesoureira: Wilma Schaefer Corrêa

2.ª Tesoureira: Maria de L. E. de España Yglesias

## *Conselho Deliberativo*

Astréa Moraes e Castro

Helena Corrêa Machado

Lourdes Costa e Souza

## *Suplentes*

Celina Pereira Gondim

Gilda Nunes Pinto

## *Conselho Fiscal*

Deusdedit Leandro Oliveira

Geraldo Martinelli

José Pais de Barros

## *Suplentes*

José Lima de Carvalho

Milton Machado

• endereço provisório

## INDICE

Editorial .....	5
O Arquivo na Empresa .....	6
Uma Nova Imagem .....	7
Arquivologia e Cibernética ..	8
Cursos do Arquivo Nacional ..	12
Testemunho .....	17
Os Arquivistas e suas Relações	19
I Congresso de Arquivologia ..	25
Balancete de Verificação .....	30
Documentando .....	30
Hino do Arquivista .....	31

# **arquivo & administração**

órgão de divulgação da  
Associação dos Arquivistas Brasileiros

**Redação:**

Praça da República, 26 — ZC - 14  
20000 — Rio de Janeiro — Guanabara

**Diretora Responsável:**

Hâmida Rodrigues Helluy

**Diretora Técnica:**

Marilena Leite Paes

**Secretária:**

Lourdes da Costa e Souza

**Colaboradores:**

José Pedro Pinto Esposel  
Hagar Espanha Gomes

**Produção, Arte e**

**Planejamento Gráfico:**

Maity Comunicação Visual Ltda.  
Rua Senador Dantas, 118, sala 401  
20000 — Rio de Janeiro — Guanabara

**Composição e Impressão**

Cia. Brasileira de Artes Gráficas  
Rua Riachuelo, 128 — Rio — GB

revista técnica de circulação dirigida

circulação: abril - agosto - dezembro

correspondência: arquivo & administração

praça da república, 26 - zc - 20000

rio de janeiro - gb - brasil

**Distribuição:**

Associação dos Arquivistas Brasileiros

Tiragem deste número: 6000 exemplares

# EDITORIAL

Arquivo é matéria de infra-estrutura consciente.

Produtividade e cultura são temas da ação revolucionária e não podem prescindir, realmente, da ordem sistematizada. O progresso material se planifica na criação, fluxo e racional aproveitamento da massa documental que lhe é inerente. A cultura se mede na proporção em que a pesquisa científica é exercitada.

Os arquivos são instrumentos do progresso e fontes essenciais de pesquisa.

O exemplo da política nacional de arquivos, implantada pelas grandes revoluções que se verificaram na França, em 1789, e na Rússia, em 1917, conquistou franca adesão, e hoje todos os países culturalmente evoluídos e economicamente desenvolvidos contam com uma estrutura racional que disciplina o recolhimento, a preservação e a utilização do seu patrimônio documental.

A necessidade de um Sistema Nacional de Arquivos para o Brasil tem sido assinalada em várias oportunidades, quase se concretizando o sistema no início da década passada, com a elaboração de um anteprojeto de alto nível, cuja atualidade se mantém até nossos dias. Recentemente no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, a iniciativa foi retomada e sua aplicação insistentemente reclamada.

A administração pública, desamparada nesse particular, continua negligenciando seus documentos, emperrando a rotina das atividades e sacrificando, desastrosamente, um valioso acervo de fundo cultural. Predomina, ainda, a leviandade dos mal informados e o império dos leigos poderosos.

Na dinâmica do Serviço Público Federal as condições se revelam críticas, sem normas eficazes de controle que possam socorrer o trabalho anônimo e dedicado do Arquivo Nacional. A instituição, não obstante contar no momento com uma direção segura, sensata e empreendedora, não consegue sobrepor-se aos defeitos de uma legislação falha e superada.

Nas unidades da federação o descalabro assume dimensões de assombro, com a incúria e a total irresponsabilidade prevalecendo como uma constante na sucessão dos senhores governadores. São exceções as providências de zelo e sensibilidade de estados como Sergipe e Paraná, por exemplo.

É de esperar-se, entretanto, que bem depressa venha o Governo a interessar-se seriamente pela situação dos nossos arquivos. Até então, e mesmo nos últimos tempos, estamos vivendo de esperança e expectativa, animados por débeis manifestações de que alguma coisa — muita coisa na verdade — virá a ser feita.

J. P. Capriel

# O Arquivo na Empresa

GILDA NUNES PINTO

Atualmente, o Arquivo desempenha um papel muito importante na Informática Gerencial. Deixou de ser um simples depósito de papéis para ser um armazenamento de informações que deverão ser irradiadas, por meio de uma técnica especial, para os diversos setores da organização a que serve.

Diariamente, grande quantidade de papéis se acumula nos escritórios. Há necessidade de uma forma científica de tratar este material para que, no momento preciso, o administrador tenha em mãos as informações necessárias à tomada de decisões.

Se não houver um meio científico de ordenar e guardar estas informações, será impossível recuperá-las no momento exato, o que viria prejudicar a finalidade principal desses documentos: prestar informações.

Além disso, por meio do Arquivo, o empresário poderá orientar o andamento dos negócios, controlar e coordenar as atividades da empresa, analisar os resultados

obtidos, situando os documentos na condição de peças vitais para o bom andamento de toda uma estrutura.

Por esses motivos, é necessário que haja no Arquivo um controle eficiente e pessoas com responsabilidade por esses documentos. Essa responsabilidade vai depender de uma série de fatores entre os quais, o tamanho da empresa. O Supervisor do Arquivo estabelecerá o procedimento a ser adotado no manejo e controle dos documentos, disciplinando o assunto em toda a organização.

Para poder agir com a máxima eficiência, deverá manter-se atualizado, conhecendo os métodos mais modernos, treinando seus colaboradores, desenvolvendo neles as qualidades necessárias a um bom arquivista.

A avalanche de informações é de tal monta que os métodos tradicionais de arquivamento já não satisfazem aos interessados: administradores, pesquisadores, estudantes. Estão sendo adotadas técnicas mais modernas, compatíveis com o desenvolvimento da tecnologia - como Microfilmagem.

A Microfilmagem é a solução para resolver os problemas causados por grandes volumes de

documentos. Devido a seu alto poder de compactação, o microfilme pode guardar, em um pequeno rolo, milhares de documentos o que representa, para o empresário, uma grande economia em área ocupada que, nos grandes centros, alcança preço altíssimo. Além da economia de espaço, há outra grande vantagem: a segurança, pois milhares de documentos podem ser duplicados e guardados em locais diferentes, ficando preservados contra perda, roubo ou extravio.

Tais vantagens fazem da Microfilmagem a técnica que permite, no mundo de hoje, solucionar os problemas relativos ao acúmulo de documentos necessários à vida normal das empresas ou instituições.

# UMA NOVA IMAGEM



O símbolo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, criado por Carlos Alberto Barroso Fernandes, foi desenhado a partir dos caracteres tipográficos, de formas retas e angulares, que dão uma sensação de ordenação (arquivo) e da estrutura comum das letras que formam sua sigla: *a* de Associação e *a* de Arquivistas. As duas formas associadas num só elemento visual, através da construção simétrica da letra *a*, forma nos espaços vazios, a letra *B*, completando a sigla AAB.

## DESCRITIVA

Chegou-se à forma de dois quadriláteros com a intenção de sintetizar esta dualidade: atividade mental – a memória. E atividade eletrônica – a fita magnética. Sistemas da moderna armazenagem de informações.

O sistema básico de computação: receber múltiplas mensagens vindas do meio exterior e confrontá-las com a experiência adquirida para elaborar como consequência, a resposta exigida. Em linguagem mecânica, a alimentação e a memória – unidades de entrada e saída de um computador.

As duas formas geométricas modulares, podem representar o universo do conhecimento. Um controle de sistema tipo entrada/saída: receber ordens/emitir resultados.

O grafismo da letra *a*, sugere o sistema alfabético de arquivo, considerado o mais simples e fácil de arquivamento para uma infinidade de assuntos. Também pela rigidez das suas linhas retas e angulares, o logotipo lembra o tradicional armário arquivo.

## REPRODUÇÃO

O logotipo oferece legibilidade imediata e rápida memorização. É facilmente reconhecível pela simplicidade de suas linhas geométricas e resiste a redução ou ampliação fotográfica, podendo figurar em impressos, cartazes, pacotes, suportes de publicidade, etiquetas e outros veículos. Como gráfico de reprodução utiliza-se o processo das coordenadas ou do quadriculado, e pelo prolongamento dos vértices dos quadriláteros.

## ESCOLHA

O símbolo escolhido pela diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros, do qual foi vencedor Carlos Alberto, foi apresentado juntamente com uma série de logotipos criados pelos universitários do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, curso de Programação Criativa II, sob orientação de Wladimir Dias-Pino. [9



# Arquivologia e Cibernética

Se definirmos arquivo como "o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, instituição ou firma no decorrer de suas atividades, guardados e conservados por eles e seus sucessores para efeitos futuros"<sup>(1)</sup> veremos logo suas correlações com a cibernética. Algumas palavras da definição estão entre colchetes, de propósito, para estender a definição de arquivo a qualquer conjunto de documentos (informação + suporte) conservados para efeitos futuros (guardados em memória).

Vejamos agora a definição de cibernética. Estaremos um pouco menos à vontade: desde que foi lançado o termo em seu sentido atual (1948) cada autor lhe foi dando novas conotações e interpretações. Em um dos extremos está a definição de Nobert Wiener, o criador da cibernética: "ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina". No extremo oposto encontramos a definição de Louis Couffignal: "Cibernética é a arte de assegurar a eficácia na ação". (1956) Estamos diante de uma enorme gama possível de conotações, entre a ciência e arte. E de fato o espaço foi sendo preenchido, com abundância. Até 1967 havia mais de quarenta definições. Hoje estaremos na meia centena.<sup>(2)</sup> Stafford Beer, por exemplo, encara a cibernética como a ciência do controle adequado em qualquer montagem que possa ser tratada como um todo orgânico. Ross Ashby prefere considerar a cibernética como um "modelo" de sistema controlável que se abstrai do fluxo do mundo real (Ashby considera a abstração um pré-requisito do controle), fixando-se nas operações sintéticas que se possam fazer sobre a imagem abstrata. Já o professor John Rose enfatiza o

caráter interdisciplinar da cibernética, considerando-a o campo comum do diálogo entre filósofos, cientistas, técnicos e práticos sobre problemas do mundo físico, biológico e sociológico. A cibernética seria assim uma espécie de linguagem comum.

Há uma faixa de concordância em todas definições: a cibernética é sempre considerada como uma técnica de comunicação ida-e-volta, isto é, a comunicação em que o emissor envia a mensagem e o receptor, recebendo-a e decifrando-a, manda um sinal de retorno (feed back) que permite ao emissor mudar o curso da ação ou tomar nova decisão.

Um dos pontos mais interessantes da pesquisa cibernética é o que trata dos problemas da memória. Aqui está, a meu ver, o laço essencial entre o arquivo e sistema cibernético. "A documentação representa o papel da memória nas instituições" escreve Benedicto Silva na introdução de "Teoria e Prática de Arquivos" da professora Marilena Leite Paes. Vejamos em que consiste essa memória e memória em geral.

Ao estudar o problema do armazenamento de dados em dispositivos eletrônicos, John von Neumann, a quem se devem desenvolvimentos teóricos que tornaram possível o desenho dos computadores modernos, esclarece que o princípio: "deve haver somente um órgão para cada operação básica" exige a presença de um número crescente de elementos que possam ser utilizados para o armazenamento dos dados necessários às operações. Em outras palavras, o elemento deve ser capaz de armazenar um dado — removendo ou não o que estava previamente armazenado — e repetir esse dado, sempre que houver uma interrogação. Cada um dos elementos específicos é chamado "registro de memória";

a totalidade dos registros é o que se chamam ordinariamente de "memória"; o número de registros em uma memória chama-se "capacidade da memória".

Qualquer arquivologista que tenha tido a paciência de chegar até aqui terá visto que a descrição que von Neumann faz a memória em seu estudo cibernético não difere da descrição que se possa fazer de um arquivo. O elemento capaz de armazenar um dado é o suporte dos documentos, a totalidade dos documentos (suporte + informação) constitui o arquivo (que é a memória da instituição) e o número de documentos existentes (e acessíveis) representa a capacidade do arquivo. Temos de dar aqui à "capacidade" uma conotação diferente de "capacidade física". É um ponto importante a esclarecer. Imaginemos um arquivo que possua trezentos fichários com a capacidade de 10.000 fichas cada um. A capacidade "física" do arquivo será de três milhões de fichas-informação (registros de memória). Mas a capacidade "operacional" só será efetivamente de três milhões de fichas-informação quando as unidades de memória dos trezentos fichários estiverem totalmente preenchidos. Se por exemplo no fim de dois meses de operação houver apenas 15.000 fichas catalogadas, esta é a capacidade operacional do arquivo. Gavetas vazias não contam para a eficiência, a não ser secundariamente, como capacidade de reserva para futura expansão.

As confusões semânticas, infelizmente inevitáveis, impedem não só a exposição rigorosa e unívoca, como a comunicação entre disciplinas diferentes. Vemos isso em todos os campos da ciência e da tecnologia. Dissemos que "capacidade" pode ter mais de um sentido; a própria palavra

*arquivo*, como muito bem diz a professora Marilena Leite Paes, é polivalente; pode significar tanto o edifício como o que está dentro dele, tanto o móvel como o conteúdo, tanto o órgão governamental (ou privado) como o periódico em que são divulgados os documentos que irão (ou não) fazer parte de arquivos.

Com o aparecimento da Informática o conceito de arquivo ganha nova extensão. Já afirmei em outro lugar que todas as "tecas" constituem a rigor arquivos: pinacoteca, biblioteca, discoteca, hemeroteca. . . Séculos a fio o arquivo foi universal, guardando escritos, livros, tabletas, objetos, obras de arte. A pouco e pouco foram surgindo as especializações, biblioteca, arquivo, museu. Justamente o pensamento integrador da cibernética vem por evidência as semelhanças formais, a identidade dos fins (fornecer informação) e a existência de um modelo abstrato (de que fala Ross Ashby), capaz de representar todas as coleções e os procedimentos envolvidos em seu tratamento.

A letra latina "THE" significa "algo que está debaixo, que se inscreve" (na semântica moderna o suporte da informação). O conjunto desses suportes, "com a informação inscrita" constituem a memória, a "teca".

Também a inteligência humana (e animal) se baseia na memória. Ainda não se conhecem precisamente os mecanismos da memória, mas não será difícil calcular a capacidade em *bits*<sup>(3)</sup> da memória humana.

Suponhamos uma vida de sessenta anos. O número de células nervosas (equivalentes aos suportes de informação) é aproximadamente  $10^{10}$  (isto é o algarismo 1 seguido de dez zeros). Nosso cérebro é capaz de receber 14 impressões digitais distintas por segundo ("sim" ou "não", equivalentes a "0" e "1" no sistema binário). Para as formas o processo é mais complicado, mas basicamente o mesmo; sessenta anos representam um número de segundos da ordem de grandeza de  $\sim 2 \times 10^{10}$ . Assim a capacidade total de memória exigida para registrar as impressões colhidas em sessenta anos de vida será de  $14 \times 10^{10} \times 2 \times 10^9 = 2,8 \times 10^{20}$  *bits*. Quase três vezes cem milhões de milhões de *bits*. Um número com vinte e um algarismos!

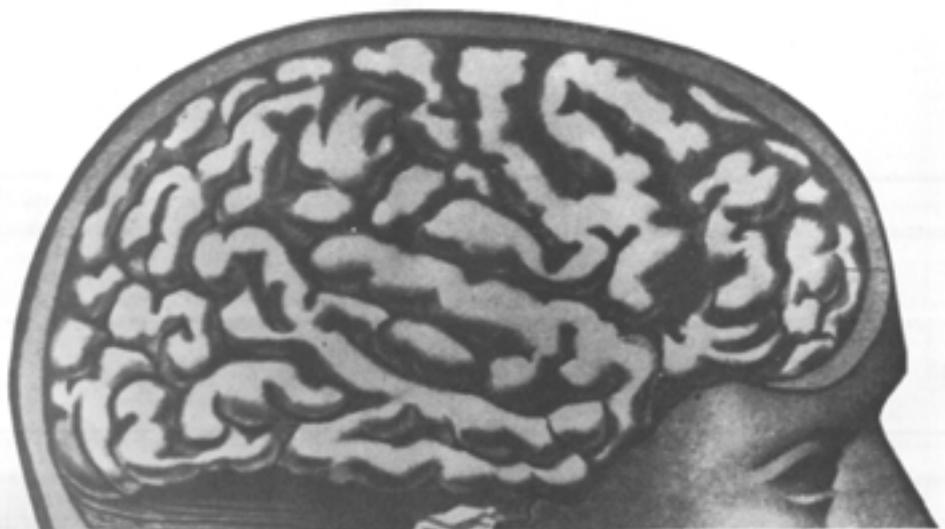
Isto se refere evidentemente à capacidade "física" que biologicamente não é igual em todos, sendo menos nos oligofrênicos. A capacidade operacional depende da maneira como são preenchidos esses suportes. Um homem de grande

cultura terá usado cerca de 60% da capacidade física de seu cérebro, um idiota não chegará a 10%. Acrescentamos que não é apenas o "número" de informações que conta, é a "capacidade" de fazer associações e correlações.

O sistema-cérebro tem duas seções principais de operação, além de uma série de seções subsidiárias, como as que controlam o sistema neuro-vegetativo. Essas duas seções que poderemos chamar de subsistemas são:

- 1) um subsistema de ativação
- 2) um subsistema de memória

Não caberia em um artigo o exame dos mecanismos neuronais (o elemento mais simples do subsistema memória é o neurônio). Mas não padece dúvida de que o mecanismo de ativação da memória é um mecanismo cibernético. Ao receber uma impressão através dos sentidos (que equivalem às unidades periféricas de entrada no



computador) o sistema-cérebro processa uma dupla atividade: "lembrança" e "correlação". Ao reconhecimento da forma (lembrança = consulta à memória, que deve ser entendida em um sentido mecânico) corresponde imediatamente à colocação da forma reconhecida em um contexto (correlação). Não caberia aqui uma explicação dos laços da memória mas diremos que, através da experiência formamos uma espécie de *thesaurus* universal que nos permite a rápida correlação entre a forma recebida pelos sentidos e o contexto em que a iremos inserir. Não é diversa a operação de um arquivo. Evidentemente os dois subsistemas que corresponderiam ao sistema-cérebro são de natureza diversa. O subsistema memória é o conjunto material de documentos à disposição do arquivista ou do pesquisador. Já o subsistema de ativação é humano: através de uma pesquisa e manipulação diretas ou através de um programa, como no caso do tratamento dos arquivos de um sistema — computador. A recuperação (operação básica) visa a estabelecer não só o reconhecimento (que equivale à lembrança no mecanismo neuro-cibernético) mas também a correlação. É preciso que o subsistema de ativação prepare um programa de ação, não apenas no caso do computador. Quem vai buscar informação em um arquivo sabe "que" informação buscar e "para que". Dirão que algumas vezes se faz um levantamento e exame do material existente "para ver o que lá se pode encontrar". Mas isso também é um programa previamente fixado, embora não específico como o primeiro.

Não raro o levantamento de um dado leva a descobrir correlações novas e algumas vezes completamente inesperadas: a *seren dipity*<sup>(4)</sup> pode representar um certo papel no êxito da pesquisa arquivística, mas nos procedimentos normais não se poderá contar com a sorte como parâmetro permanente.

Ficam aqui algumas considerações gerais. Espero ter vagares para um dia desenvolver este tema que me interessa sobremaneira: não poderíamos deixar um campo da importância e da beleza da arquivologia fora da ação interdisciplinar da cibernética.



## NOTAS

1. Definição do norte-americano Solon Buck. Veja-se PAES, Marilena Leite, *Teoria e Prática de arquivo*, Rio de Janeiro, F. G. V., 1972, pg. 14.
2. Klir, J.G. e Valach, M., *Cybernetic Modelling*, London, Iliffe Books, 1967.
3. *Bit*, abreviação de "binary digit" (algarismo binário ou dígito binário) unidade de medida da informação que representa o montante contido (armazenado ou transmitido) na escolha de um entre dois sinais possíveis, "0" ou "1", "sim" ou "não". É a base da álgebra de Boole, algoritmo do processamento digital e, ao que parece, de algumas funções do cérebro humano ou animal. A capacidade em *bits* é o logaritmo, base 2, do número de estados possíveis de um dispositivo. A informação contida em um sinal do alfabeto impresso (ou datilografado) é de 6,45 *bits*. (26 letras + 35 sinais de pontuação, acentos e algarismos:  $\log_2 88 = 6,45$ ).
4. *Serendipity*: dom natural de encontrar coisas valiosas ou agradáveis, sem as buscar. O termo, bastante usado na língua inglesa, (e também fora dela) foi cunhado em 1754 por Horace Walpole, baseado em um conto persa "Os três príncipes de Serendip" (Serendip ou Serendib é o nome antigo de Ceilão, do árabe Sarandib). O herói do conto fazia sempre descobertas, por acaso ou sagacidade, de coisas que ninguém imaginaria existir acontecer.



## Cursos do Arquivo Nacional

É nosso objetivo apresentar alguns esclarecimentos sobre os Cursos mantidos pelo Arquivo Nacional, a fim de atender à solicitação que nos foi dirigida pela Associação de Arquivistas Brasileiros, na pessoa do seu Presidente José Pedro Pinto Esposel.

Quando estudamos o processo do ingresso de vários países na faixa dos desenvolvidos, podemos notar a freqüência elucidativa de uma preliminar referente à organização dos respectivos arquivos. O impulso do Brasil, na trilha do desenvolvimento, não poderia deixar de colocar em destaque a preocupação com tão essencial instrumento de obtenção de informes indispensáveis a qualquer planejamento realístico. Isso bem se refletiu no interesse crescente que a formação de profissionais atualizados nas técnicas e nos mais modernos equipamentos disponíveis vem despertando entre

nós. Assim também o reconhecimento da necessidade de seu preparo em diferentes níveis, levou as universidades a incluírem tais estudos em seus currículos.

Da maior importância, portanto, para uma correta aproximação do problema e sua definição em termos atuais, o conhecimento objetivo do que, nesse campo, até agora se fez, e, posteriormente, avaliados seus resultados, a procura do estabelecimento de diretrizes gerais informativas das ações a serem desencadeadas.

É o Arquivo Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, o maior repositório de documentação da nossa história. As atividades normais de uma Repartição de tal natureza como sejam: conservar, classificar, promover a pesquisa e divulgação do seu acervo, exigem, para tanto, funcionalismo especializado. Assim, em função dessa necessidade, tornou-se esta

Repartição, através da sua Seção de Cursos, um verdadeiro centro de preparação e aperfeiçoamento de pessoal para as tarefas de Arquivos.

A administração pública brasileira ressentiu-se da necessidade de possuir em seus quadros, competentes profissionais de diversas categorias para atender seus múltiplos misteres. No sistema de ensino nacional, a falta de setores próprios para formação daqueles profissionais, determinou, em vários órgãos, a criação de cursos destinados a habilitar pessoal para o desenvolvimento de suas atividades.

Surgiram assim, além do Curso Permanente de Arquivo ministrado pelo Arquivo Nacional, os cursos de Museologia e Biblioteconomia instituídos pelo Museu Histórico Nacional e Biblioteca Nacional, respectivamente.

Datam de 1911 as primeiras referências conhecidas aos cursos especializados pelo Arquivo Nacional: "Fica instituído no Arquivo Nacional um curso de diplomática em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação." Funcionará uma vez por semana, começando doze meses depois da aprovação deste regulamento, devendo ser feitas, oportunamente

as instruções especiais.

Parágrafo único – os lugares de professores do curso de diplomática serão exercidos pelos funcionários do Arquivo Nacional.” Disposições contidas no artigo 10 do Regulamento para o Arquivo Nacional baixado pelo Decreto de nº 9.197 de 9 de fevereiro de 1911.

Outras alusões a esses cursos são encontradas em regimentos posteriores. O de 14 de maio de 1923 aprovado pelo Decreto nº 16.036 em seus artigos 72 a 88 minúcia as matérias, determina a divisão do ensino entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico, cabendo ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática; dispõe sobre os professores, os programas, os períodos de matrícula e de duração do curso, exigências, exames e provas em harmonia com o Decreto nº 15.596 de 2 de agosto de 1922 que criou o Museu Histórico Nacional e aprovou o seu regulamento, o qual dispôs em seus artigos 55 e 56 que:

“O curso técnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º Oficial do Museu Histórico Nacional e ao de Amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, constará das seguintes matérias distribuídas por dois anos:

1º ANO – história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, arqueologia e história da arte;

2º ANO – bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia, iconografia e cartografia.”

“O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico cabendo ao Museu Histórico

Nacional o de arqueologia e história da arte e da numismática e sigilografia; à Biblioteca Nacional o de história literária, de bibliografia, de paleografia e epigrafia e de iconografia e cartografia e ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática.”

Entretanto, somente após a reforma regimental de 1958, passam os Cursos de especialização do Arquivo Nacional a funcionar em caráter regular.

Este novo Regimento – ainda em vigor – aprovado pelo Decreto nº 44.862 de 21 de novembro de 1958 dá competência à Seção de Cursos, subordinada ao Serviço de Pesquisa Histórica, para organizar e manter os cursos de formação do pessoal especializado em arquivos e pesquisadores de história” – artigo 31. A necessidade de proporcionar aos seus funcionários conhecimentos indispensáveis para o bom exercício de suas funções, determinou então, a instituição dos Cursos.

Assim, em 1959, apesar das dificuldades nascidas da falta de dotação específica no orçamento, pôde a Direção do Arquivo Nacional com a ajuda financeira e material concedida pelo D.A.S.P., realizar rápido curso de “Noções das disciplinas auxiliares da História em que foram dadas História do Brasil pelo Professor Arthur Cezar Ferreira Reis; Genealogia pelo professor Carlos G. Rheingantz; Heráldica pelo Dr. Ruy Vieira da Cunha; Paleografia pelo Professor Deoclécio Leite Macedo; Historiografia do Brasil pela Professora Eulália Bruno Lubo; Pesquisa Histórica pelo Professor Guilherme Auler; Organização e Técnica de Arquivo pela Professora Maria Luiza Dannemann.

Porém, somente a partir de 1960, com as instruções baixadas pela Portaria nº 5 de 1º de agosto, passam os Cursos a serem realizados regularmente, dentro das possibilidades do órgão mantenedor.

Inicialmente, o Curso Permanente de Arquivos obedecia ao seguinte currículo:

1º ANO – 1º Período:  
História do Brasil  
Organização da Administração Brasileira  
Técnica de Arquivo

2º Período  
Arquivos Correntes e Arquivos de Custódia  
História do Brasil  
História da Organização Administrativa do Brasil

2º ANO – 1º Período  
Heráldica e Genealogia  
Noções de Paleografia  
Organização e Administração de Arquivos

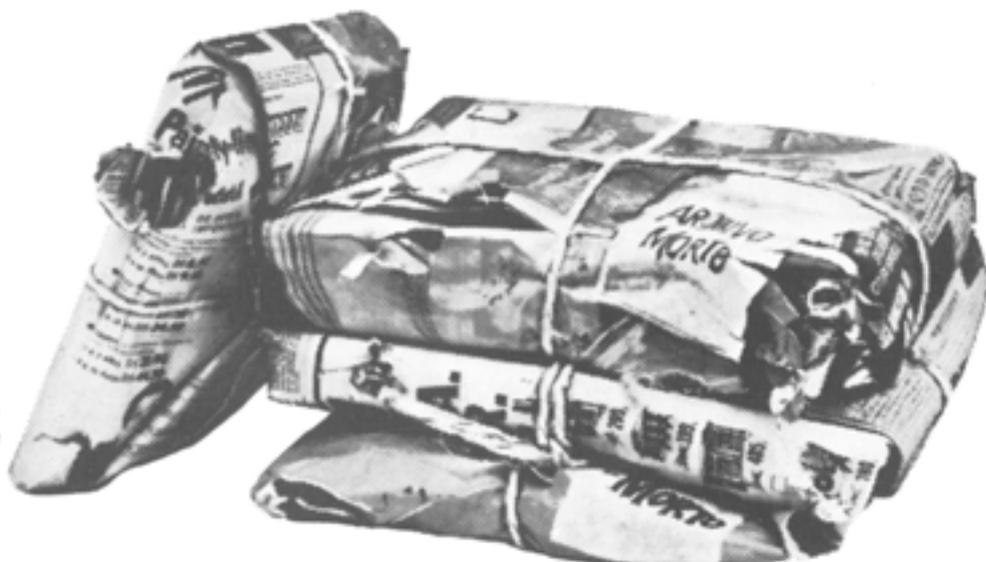
2º Período  
Documentação Moderna  
Historiografia do Brasil  
Noções de Diplomática e Notariado

Para admissão ao Curso exigia-se do candidato satisfazer um dos seguintes requisitos: ter concluído o curso médio ou ter ingressado no serviço Público mediante concurso ou prova no mínimo de nível médio – ou ainda ser habilitado em prova seletiva.

Iniciado em caráter quase que exclusivamente interno, ampliou-se o C.P.A. recebendo alunos de outras repartições públicas.

Se considerarmos o muito pequeno atrativo salarial que a carreira de Arquivista oferece, mesmo em nossos dias, podemos classificar como

Agora,  
acabou  
êste  
"tipo" de  
arquivo!



# CHEGOU

a Caixa-Arquivo "Evident"

a solução para seus problemas de arquivo-morto.

A única por sinal, prática, eficiente e econômica. Fácil consulta do conteúdo.

Grampos maleáveis prendem os "dossiers", identificados por etiquetas individuais.

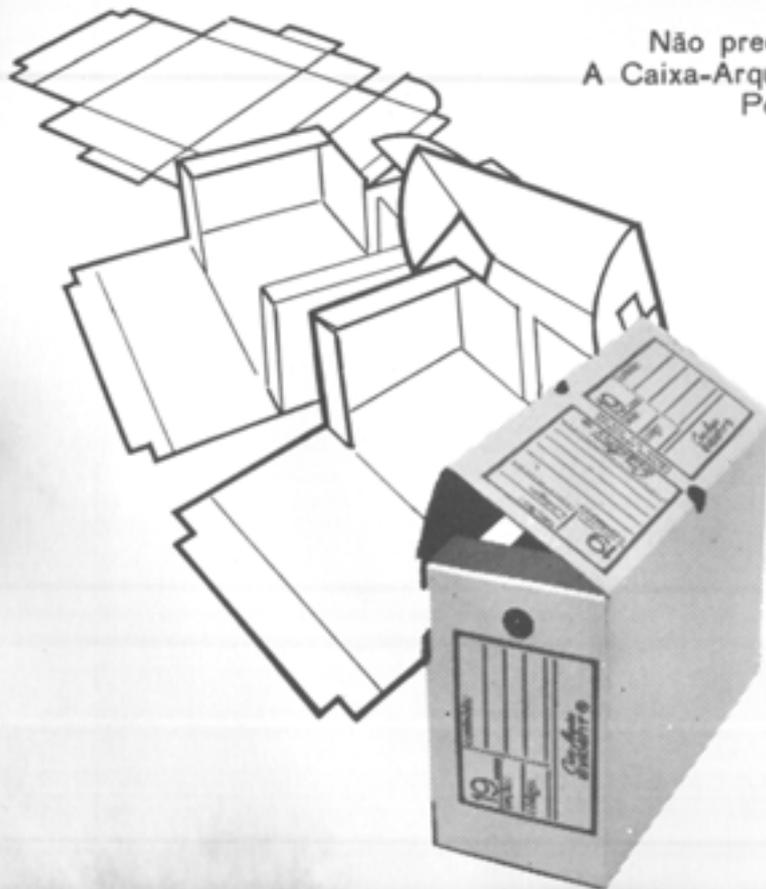
É totalmente desmontável. Não tem partes coladas.

Pode ser utilizada em quatro posições.

Não precisa alterar suas estantes ou prateleiras.

A Caixa-Arquivo "Evident" cabe em qualquer lugar.

Peça-nos uma amostra, sem compromisso.



**KARTRO · CETECO**

IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.

Caixa Postal 3947 - 01000 São Paulo

End. Telefônico "KARTRO"

Telex 021-757 S.P.

VENDAS:

SAO PAULO - Tel. 30-0602 - 30-9429

RIO DE JANEIRO - Tel. 243-5791 - 252-5232

PORTO ALEGRE - Tel. 25-2088 - 25-2410

CURITIBA - Tel. 20-6658 - 23-4244

B. HORIZONTE - Tel. 35-3666 - 35-3794

BRASILIA - Tel. 24-8953

SALVADOR - Tel. 3-627

A

**KARTRO-CETECO**

Importadora e Distribuidora S/A.

Caixa Postal 3947 - 01000 São Paulo

Quisiram enviar-me uma amostra da Caixa-Arquivo  
"Evident" e respectiva literatura.

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Firma: \_\_\_\_\_

Enderço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

# Cursos do Arquivo Nacional

relativamente boa a afluência de alunos registrada no transcorrer da primeira década de funcionamento do C.P.A.

Desde três anos atrás, os Cursos do Arquivo Nacional vêm despertando vivo interesse. Para comprovar, basta dizer da elevação registrada no número de inscritos: houve acréscimo de cerca de quarenta para mais de duas centenas de candidatos.

Tal crescimento é devido sobretudo, ao trabalho de divulgação realizado em torno dos referidos cursos, encetado pelo Doutor Raul Lima atual Diretor daquela Repartição. Dotado de espírito dinâmico e empreendedor e conscientizado da importância desta outra atividade do órgão sob sua direção, deu o Doutor Raul Lima inteiro apoio à Seção de Cursos, solucionando, dentro das possibilidades dos recursos financeiros da Repartição, os problemas mais angustiantes daquele setor.

Assim, além dos candidatos habituais, passaram a pleitear inscrições ex-officio para seus funcionários, que trabalham em arquivos ou exercem atividades afins, diversos órgãos do poder público, os Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Exército, Indústria e Comércio, Justiça, Marinha, Saúde, Trabalho e Previdência Social e Transporte, o Serviço Nacional de Informações, D.A.S.P., I.N.P.S., I.P.A.S.E., autarquias sociedades de Economia Mista e órgãos da esfera estadual.

Presentemente mantém o Arquivo Nacional, em suas próprias dependências cursos distintos: avulsos de Técnica de Arquivo e o Curso Permanente de Arquivos. Ambos visando habilitar pessoal para o exercício das funções arquivísticas, aperfeiçoar os que já exercem as mesmas, capacitando-os para uma organização sistemática e racional da documentação de caráter oficial e privado.

Cursos Avulsos de Técnica de Arquivo são realizados em número de três anualmente. Tem limitação para 50 candidatos dos quais exige-se haver concluído o curso

ginasial — condição da qual estão isentos os inscritos ex-officio. Período de duração: quatro meses.

De grande aceitação, tem este Curso como clientela funcionários de organizações comerciais, bancárias, estudantes, e especialmente pessoal civil e militar do Ministério da Marinha.

Conserva o Curso Permanente de Arquivos a mesma duração de dois anos porém, aos candidatos exige-se agora conclusão do antigo 2º ciclo, ou curso equivalente. Quanto ao currículo passou a ser o que se segue:

## 1º ANO

Diplomática, Genealogia, História do Brasil, Organização da Administração Brasileira e Técnica de Arquivo

## 2º ANO

Heráldica, História do Brasil, Notariado, Organização e Administração de Arquivo e Paleografia

É válido esclarecer, serem estas realmente as matérias ministradas no Curso desde seus inícios. Houve, ao invés de reforma de currículo, melhor distribuição das disciplinas, como se pode ver.

Aliás, é preocupação nossa, a reformulação do currículo em vigor. Reconhecemos a importância e urgência de tal necessidade determinada pelo avanço da tecnologia moderna. Assim sendo, no momento, são objeto de estudo planos de reforma para breve implantação.

Gostaríamos de informar que a meta inicial, na criação dos Cursos, fora formação de pesquisadores. Lamentavelmente, tal finalidade vem a ser desvirtuada, pois não houve meios para se ministrar aquelas matérias que mais propiciariam aquele objetivo. Permaneceram somente aquelas correlatas à História, dada a própria natureza do acervo da repartição.

São gratuitos os Cursos oferecidos pelo Arquivo Nacional e nesta isenção de pagamento estão incluídas as súmulas distribuídas.

Ora, se considerarmos os poucos recursos financeiros de que dispõe a repartição, para essa finalidade,



compreenderemos a insolução de problemas diversos e outras dificuldades que tolhem, em parte, o seu desenvolvimento.

Declaramo-nos, pois, favoráveis à cobrança de taxas de revertssem em favor dos cursos. Taxas não muito elevadas tendo-se em vista a faixa do poder aquisitivo da maioria dos alunos. Tal prática entretanto não é possível na legislação vigente que determina sejam recolhidos ao Tesouro, tais rendimentos.

Em virtude de sua vinculação ao Ministério da Justiça, como já foi dito anteriormente, não pode o Arquivo Nacional receber em seus quadros, os elementos para cuja formação profissional contribui. O processo de admissão de pessoal é o mesmo determinado para toda administração pública. Assim sendo, não reverte em benefício próprio o dispendido naquela preparação.

Todavia, com satisfação registramos o encaminhamento, que ora vem sendo realizado, de alunos nossos para atuarem em firmas comerciais e industriais.

Desde algum tempo, empenha-se a direção do Arquivo Nacional em conseguir obter: a elevação do Curso Permanente de Arquivos a nível superior e a implantação da Arquivística como habilitação profissional no Ensino do 2º grau. Continuam os entendimentos a respeito, desta última pretensão.

Recentemente, por suas características foi o Curso Permanente de Arquivos declarado, em parecer do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (nº 212/72), como de nível universitário, por força de interpretação do decreto 15.596 de 2 de agosto de 1972 que determinou a criação do mesmo juntamente com os de Biblioteconomia e Museologia.

Baseado nessa decisão do Conselho Federal de Educação, concernente à sugestão feita as Universidades Federais do ensino de Arquivo em nível superior, a direção do Arquivo Nacional solicitou à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a concessão de mandato universitário, conforme a legislação vigente, ao Curso

Permanente de Arquivos mantido por aquele órgão. É o Arquivo Nacional o órgão natural para a implantação do curso em nível superior, e não cabe a sua inclusão naquela Universidade.

A concordância da U.F.R.J. a esta pretensão, foi comunicada, pelo Doutor Raul Lima, quando da solenidade de entrega dos certificados da turma de 1972.

Aguarda a direção do Arquivo Nacional, um pronunciamento daquela Universidade sobre as condições que envolvem esta outorga, para imprimir ao Curso as demais características de seu novo estado.

Em virtude ainda de tal dependência, houve por bem a mesma direção transferir para meados do ano, o início do Curso Permanente de Arquivos.

São, portanto, as melhores possíveis as perspectivas para obtenção, finalmente da possibilidade de formação de profissionais de Arquivo da mais alta qualificação.

Myrtes da Silva Ferreira  
Chefe da Seção de Cursos do Arquivo Nacional.

# excursão

"WORLD MICROGRAPHICS"

Exposição e Congresso

INTERNACIONAIS DE MICROGRÁFICA

LONDRES: 22 a 25 de maio de 1973

**FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

**INTERMARES**  
TURISMO

Rua México n.º 116-A Tels.: 242-1179 e 242-8495

Reg. Embratur 121 — Cat. A — GB



# excursão

excursão

excursão

# testemunho testemunho

*"Quando comecei, os nomes como Antonio, João, José, etc. vinham com guias separadoras especiais. Tinham um lugar certo".*

MARCÍLIO VAZ TORRES

Foi a partir de 1920. Eu era encarregado do Arquivo da Divisão Técnica da Fábrica de Realengo. Naquela época, o único método de arquivamento usado era o alfabético singelo empregado nos "files" e as regras bibliográficas não eram observadas.

Para Arquivamento de documentos relativos a "Pessoal" não havia problemas, porém, as coisas se complicavam em "Assuntos Gerais", com a necessidade de agrupar os documentos procedentes de pessoas ou lugares diferentes, e que tratassem do mesmo assunto, inclusive para a referência que precisava ser feita em novos trabalhos sobre o mesmo assunto. As informações dependiam sempre de laboriosas pesquisas no papelório guardado.

## MÉTODO BRASILEIRO

Desconhecendo os métodos numéricos, depois de muita experiência idealizei o que denominei de MÉTODO BRASILEIRO, com números aparentemente mistos, em que a parte inteira indicava a pasta, e, a parte fracionária, a ordem do arquivamento do papel dentro da pasta. Este método não dispensava um fichário analítico e o seu funcionamento era tão preciso que para ilustrá-lo, citarei dois episódios:

— Um foi quando o Estado Maior do Exército mandou fabricar, para experiência, certa munição. O Diretor Técnico, profundo conhecedor do assunto, informou não possuír-

mos elementos para isso. No dia imediato perguntei quem lhe havia dito não termos nada, pois o adido militar na Europa, no ano anterior, nos havia remetido copioso material a respeito. Este material, no entanto, era por ele desconhecido por ter sido recebido e mandado arquivar, no ano anterior, pelo seu substituto eventual, durante suas férias. Em conseqüência, refiz a informação e jamais deu uma resposta negativa sobre qualquer assunto, sem antes consultar o arquivo.

— Outro foi com o General J.V. Aranha da Silva, oficial de inteligência e memória invejáveis, que certa vez me pediu a cópia de um trabalho que ele havia apresentado há algum tempo. Como nada encontrasse no arquivo da Divisão Técnica, ele me disse que eu o colocava num doloroso dilema: ou a memória dele começava a falhar ou o meu arquivo deixava de merecer confiança. Lembrei-me que, durante certo período, aquele General substituíra o Diretor Geral. Fui ao arquivo geral e lá encontrei, de fato, o documento desejado. Uma vez apresentado o papel com a necessária explicação, ele me disse: "Agora, estamos de parabéns. Nem a minha memória, nem o seu arquivo falharam!"

## MÉTODO DECIMAL

Em 1939, começou uma espécie de

febre pelo Método Decimal. Todos queriam aplicá-lo. No M. Guerra foi adotado um Manual de Correspondência que, na classificação, descia a minúcias incríveis, com soldaduras e correlações. Como apaixonado pela matéria, quizei ver na prática como conseguiam guardar os papéis com tantas separações. Com grande surpresa vi que os documentos relativos a pessoal eram guardados convenientemente; os demais, porém, com toda a sua luxúria na classificação, estavam empilhados e o encarregado do arquivo me disse que no fim do ano, iam fazer uma revisão naquilo para ver como guardar.

Nessa época os conhecimentos de Arquivística eram tão bizonhos que desprezenciosa monografia que escrevi para um concurso aberto pelo DASP, com o título "Dos Serviços de Comunicações e Arquivos", foi a única classificada.

Somente em 1941, depois de um curso com o Prof. W.White, aprendi muita coisa que até então ignorava.

Em 1942, a Revista do Serviço Público pagava 100\$ para cada artigo publicado. Escrevi um artigo sobre a aplicação do Método Decimal nos arquivos que rolou seis meses, até que o Secretário daquele Órgão me procurou para dizer que tinham resolvido pagar somente a colaboração solicitada e que a apresentada espontaneamente só seria publicada se o autor concordasse em nada receber. Autorizei a publicação daquele artigo que

já estava lá e rasguei os rascunhos de outro. Embora gratuita, a publicação desse artigo foi moramente bem recompensada, pois soube pelos Drs. Felinto Maia e Wagner Estelita que, na América, onde se encontravam estudando Administração, o Prof. o tomara para tema de uma de suas aulas apoiando integralmente os meus pontos de vista.

Em 1943 escrevi o "VADE-MECUM DO ARQUIVISTA" visando dar aos companheiros da Divisão de Organi-

zação do DASP elementos para escolha do melhor método a adotar em cada caso.

Por isso, não desenvolvi convenientemente os métodos, ensaindo porém, uma classificação da matéria.

Em 1951, a convite do respectivo Diretor, voltei a colaborar na Revista do Serviço Público escrevendo uma série de artigos intitulados "Apontamentos de Arquivística". Nesses apontamentos, tendo em vista a escassez de bibliografia, procurei desenvol-

ver as explicações relativas a cada método descendo a minúcias, não somente com o fim de melhor instruir os candidatos ao concurso, como também permitir àqueles que os quizessem usar os elementos necessários para a sua execução prática.

Atualmente, já existe um bom plantel de Arquivistas. Estamos em plena era da Tecnologia, não havendo mais lugar para os que, como eu, eram arquivistas improvisados e autodidatas.

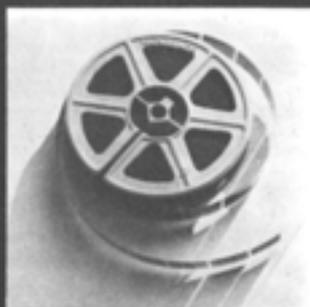
## CRIE ESPAÇO NO SEU ESPAÇO.

A MEIRA colocou os 10.143 documentos de um arquivo dentro deste carretel de microfilme.

O sistema de microfilme é seguro, versátil, econômico e durável.

Com isto ela dinamizou e aumentou a produtividade do serviço e fez uma economia de 90% de espaço.

A MEIRA microfilma nos seus laboratórios ou junto a você.



MEIRA 17 ANOS CRIANDO ESPAÇO  
Rua 7 de Setembro, 43 — 2.º e 3.º andares  
tels.: 252-2295 — 222-3976 — 222-3977  
Rio de Janeiro — Guanabara

# Os arquivistas e suas relações com a documentação e a biblioteconomia

Hagar Espanha Gomes

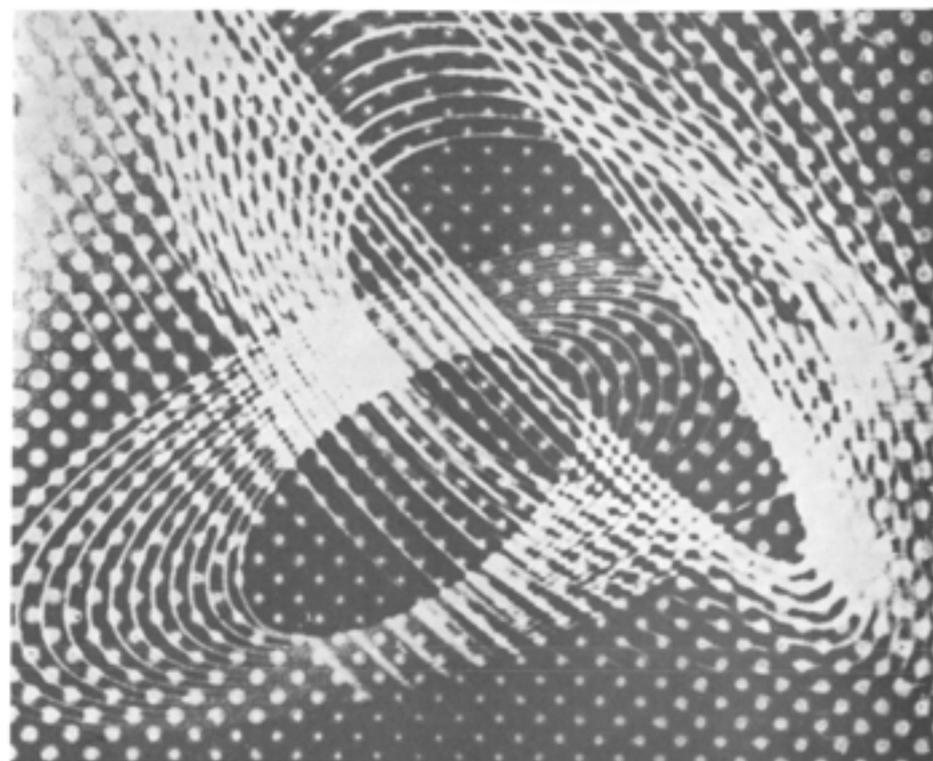
## 1. INTRODUÇÃO

A década de 70 parece ser para os Arquivistas como a de 60 foi para os Bibliotecários. Neste início de década foram obtidas algumas conquistas da mais alta significação como, por exemplo, o reconhecimento, por parte do Conselho Federal de Educação, da profissão em nível universitário, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, e, *last but not least*, esta Revista.

Em breve surgirão cursos de Arquivologia nas Universidades, como resultado desta efervescência, que tem como causa, de um lado, o entusiasmo de velhos batalhadores e, de outro, uma necessidade social mais atuante. A Bibliografia sobre o assunto (1) mostra que a atividade não foi grande, em anos anteriores. Em 45 anos de controle bibliográfico, apenas 98 trabalhos foram publicados sendo que desses 16,5.(%) são traduções.

O 1º documento sobre o assunto, no Brasil, data de 1931 e, é interessante notar que, dos 98 trabalhos citados 28,5% foram publicados na década de 50 e 499 correspondem ao período 1960-1970. Os grandes contribuidores na década de 50 foram o Arquivo Nacional e, evidentemente, o eminente historiador José Honório Rodrigues.

Pode parecer paradoxal que essa área de atividade incipiente já conte com uma bibliografia especializada, a Bibliografia brasileira de Documentação. Isto



ocorre, entretanto, porque seu editor, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) considera Arquivologia como parte integrante da "Documentação" e "Documento" com um sentido amplo, seguindo a linha de pensamento de Paul Otlet.

Vários organismos nacionais e internacionais estão estruturados, também, de forma a agrupar as atividades de Documentação, Bibliotecas e Arquivos. Evidentemente, se isso acontece, é por considerarem seus organizadores, que existem relações entre essas atividades. Tentaremos compreender este ponto de vista e verificar o que ocorre na prática e quais as prováveis conseqüências.

## 2. DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

Quem primeiro tentou definir o termo Documentação foi Paul Otlet, fundador do Instituto Internacional de Bibliografia, atual Federação Internacional de Documentação (FID). Isto se deu

durante a X Conferência Internacional de Bibliografia em Haifa, 1931. "Documentação" foi, então, entendida como o processo de "reunir, classificar e distribuir documentos em todos os domínios da atividade humana".

Mais tarde, durante o Congresso Mundial de Documentação em Paris, 1937, amplia ele aquele conceito para acompanhar a tecnologia emergente que trouxe implicações nas formas de registros do conhecimento humano: "Documento é o livro a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, atualmente, o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica... Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos. São as amostras espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a 3 dimensões e, eventualmente, em movimento." (2)

Mais tarde Suzanne Briet viria a definir documento como "todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, a fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual".(3)

A fim de atualizar esse conceito, com vistas à utilização da tecnologia

atual, a Comissão de Terminologia da Organização Internacional de Normalização conceituou "documento" como "Conjunto de um suporte de informação (data medium) e dos dados nele registrados sob uma forma geralmente permanente e legível pelo homem e pela máquina," e "Documentação" como a pesquisa, classificação, referenciação e disseminação de documentos" (Avant projet 1969).

Estes conceitos são, todos eles, de caráter genérico. Com isso entende-se que um centro especializado inclui material de uma grande variedade de suportes e tipos como discos, fitas manuscritas, impressos, gráficos, plantas etc.

Alguns autores como Perry & Kent, (4) Shera & Egan (5) definiram documentação com um sentido restrito aos registros bibliográficos. O termo "documentação" não é entendido pelos norte-americanos com o sentido europeu, que foi divulgado e aceito no Brasil.

Das conceituações expostas acima verifica-se que se aplicam elas ao Arquivo, como às Bibliotecas e aos Museus, sendo estes, portanto, espécies daquele gênero.

Como na Documentação, os métodos, em Arquivologia compreendem, também, a coleta dos documentos, a classificação, de acordo com um esquema pré-estabelecido que evidencie, de maneira sintética, a análise do conteúdo de uma série de documentos ou de uma coleção, a distribuição, através de resumo, tradução ou qualquer outro qualquer instrumento de comunicação ou, ainda, de reprodução como o microfilme, a Xerox, etc.

Os problemas que os Arquivos buscam solucionar são aqueles preconizados pela Documentação: acesso físico, acesso ao conteúdo, para citar alguns. Para o acesso físico buscam aproveitar as técnicas de reprodução de documentos, a

elaboração de catálogos coletivos, a teletransmissão, a telecomunicação, entre outros. Para acesso ao conteúdo procuram divulgar, de maneira sistemática, as listas de documentos existentes nos arquivos ou sobre determinados assuntos. Esta é, talvez, uma das tarefas mais prementes e mais importantes. Enquanto os livros e periódicos são produzidos em grandes tiragens e podem ser identificados, classificados e divulgados por vários centros especializados, bibliotecas ou bibliografias, o documento do arquivo é único, ou produzido em número reduzido de cópias, e, portanto, seu conhecimento só é possível através da publicação de catálogos, inventários ou guias gerais ou parciais, desses mesmos arquivos.

A necessidade sempre premente de informação fez com que engenheiros e outros especialistas envolvidos em serviços de informação especializada empregassem tecnologia moderna para rapidez no registro, processamento e recuperação de documentos. Evidentemente, os progressos alcançados podem, perfeitamente, ser — e o são — aplicados a outros tipos de organizações em que a urgência de recuperação de informação não é tão grande, mas sim a massa de documentos a ser processada, levando-se em conta que essa tecnologia permite maior rendimento na identificação de informações relevantes. E aqui se incluem os Arquivos.

### 3. ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

Arquivos e Bibliotecas possuem ambos os mesmos objetivos: preservar e tornar disponíveis para uso o material sob sua guarda. Ambas as instituições executam um certo número de funções para atingir aqueles objetivos. Uma diferença fundamental está, talvez, no fato de que os Arquivos devem preservar os documentos por sua origem e natureza singulares.

Schelleberg (6) mostra como, historicamente, os bibliotecários norte-americanos contribuíram para

o desenvolvimento dos arquivos e aplicaram a metodologia utilizada na biblioteconomia. Segundo ele, foram historiadores, que, eventualmente desempenharam funções como bibliotecários, os responsáveis, no século XIX, pelo movimento para o desenvolvimento da arquivologia moderna. Graças à sua formação acadêmica e à sua experiência no campo da biblioteconomia puderam levar avante tão importante missão e estabelecer as bases da moderna arquivologia em seu País.

No Brasil, os historiadores foram os únicos interessados, até pouco tempo atrás, e com raras exceções, no movimento em prol dos arquivos. Seu interesse, contudo, não foi suficiente para aplicar e fixar técnicas arquivísticas.

Seu empenho nessas áreas acarretaria prejuízo aos seus programas de pesquisa o que, evidentemente, não lhes interessava. Ao mesmo tempo, entretanto, viam-se obrigados a levantar, eles mesmos a documentação necessária a seus projetos, por falta de pessoal qualificado. Observa Schelleberg (6) que arquivistas e bibliotecários lidam com livros, manuscritos, filmes, diafilmes e mapas. A distinção a fazer é que os arquivistas lidam, principalmente, com manuscritos e os bibliotecários, com publicações.

Para aquele autor os motivos para os arquivistas se interessarem pelas técnicas bibliotecárias são os seguintes: "As técnicas bibliotecárias têm o mesmo objetivo das técnicas arquivísticas, isto é, tornam o material disponível para uso".



“As técnicas bibliotecárias têm a mesma característica geral que as técnicas arquivísticas, essencialmente a mesma ação deve ser tomada com respeito aos dois tipos de material, pois ambos devem ser ordenados e descritos de tal forma que possam ficar disponíveis para uso”.

Mais adiante, conclui que “talvez o motivo mais importante pelo qual os arquivistas devam se interessar pelas técnicas bibliotecárias é que os bibliotecários forneceram uma lição de como desenvolver uma metodologia. Eles mostraram aos arquivistas como levar a profissão a um alto grau de proficiência”.

Esta última observação caracterizou o panorama norte-americano. É possível que, no Brasil, ocorra aquela participação registrada por Schelleberg, já que a classe bibliotecária está organizada há mais tempo e teve, com isso, oportunidade de acumular mais experiência nas práticas comuns. É provável, também, que aquela participação venha via influência norte-americana, isto é, através dos arquivistas norte-americanos, caso estes influenciem os arquivistas brasileiros.

Seja como for, não se pode negar que as necessidades dos nossos arquivistas é a mesma: conhecimento de técnicas de ordenação e descrição. Este ponto é comum com a biblioteconomia, pelo menos na parte teórica, já que a aplicação será diversa. E esse fato não pode ser ignorado seja em encontros, congressos, treinamento ou mesmo em programas de formação profissional.

#### 4. PANORAMA BRASILEIRO

Apesar desses pontos comuns entre Documentação, Arquivologia e Biblioteconomia, verifica-se contudo, na prática, antes uma cisão entre os grupos do que união: na formação profissional, nas organizações de classe, nas associações de instituições, etc. A própria Federação Internacional de Documentação ignora os problemas do Arquivo, como ignora os da Biblioteca Pública. Para ela aquele termo é usado para designar documentação científica. E os Arquivos têm seu próprio organismo em âmbito internacional, que é o Conselho Internacional de Arquivos, como as Bibliotecas têm a Federação Internacional das Associações de Bibliotecas. Em compensação a UNESCO vê o problema como um todo, através do Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos. Num encontro recente, promovido por aquele Departamento, sobre Periódicos de Documentação, estavam representantes de revistas de Biblioteconomia e Arquivologia. A cisão não é benéfica a nenhuma das partes e deve ser evitada. Existe uma base comum de atividades já descritas. Essa base comum deve ser considerada nos currículos, ficando a profissionalização por conta da diversificação curricular. O fato grave que está ocorrendo é que as escolas de biblioteconomia estão muito preocupadas com a documentação científica, esquecendo-se das Bibliotecas públicas e de empresas. Aquelas não constituem mercado de trabalho, embora importantes para o

desenvolvimento do País, pois não contam com a sensibilidade e o reconhecimento do administrador/político. As bibliotecas de empresa são, no momento, as que maiores solicitações apresentam, principalmente nos grandes centros. Quanto aos Cursos de Arquivo, apenas o Arquivo Nacional vem se preocupando com a formação de pessoal e, evidentemente, seu objetivo é o de preparar pessoal para os seus quadros ou para Arquivos públicos, históricos. A inclusão de uma disciplina sobre Arquivo em alguns currículos de Biblioteconomia demonstra, ainda que de maneira tênue, o interesse por uma integração.

Nenhum dos dois tipos de cursos está formando pessoal para o consumo maior, isto é, para arquivos e serviços de informação na empresa (nos escritórios, nas indústrias, nos jornais, etc.). Estas estão solicitando pessoal para ordenar e preservar material emanado da própria entidade e para organizar coleções especializadas para servirem de apoio aos programas de trabalho de seus especialistas. A empresa exige, freqüentemente, que um único indivíduo realize ambas as tarefas, que, na realidade pode ser uma única, pela inter-relação dos dois tipos de documentação no que se refere, às necessidades de seus utilizadores, isto é, necessidade de utilização de peças do arquivo e de publicações especializadas para seus estudos e pesquisas. Isto se verifica, principalmente, nos escritórios de engenharia, de administração e planejamento, que preparam estudos, sob forma de projetos e depois perdem seu controle e ficam sem poder utilizá-los para estudos futuros. As empresas jornalísticas necessitam organizar seus próprios arquivos, bem como serviços de informação, para seus Departamentos de Pesquisas. Essas organizações já reconheceram a importância dos arquivos e dos serviços de informação e estão dispostos a pagar para terem bons especialistas.

## CONCLUSÃO

Resolver, ou tentar resolver, um problema na prática auxilia aqueles responsáveis pelas soluções acadêmicas. Para que as experiências de ambas as classes sejam mutuamente apreciadas e, possivelmente, utilizadas, encontros, simpósios e congressos deverão contar com a participação de ambos os grupos, como ocorreu com o recente Congresso de Arquivologia. Nessas oportunidades um contacto pessoal, que deve ser sempre estimulado, pode mostrar como existem problemas comuns a enfrentar, e a troca de experiências pode indicar a melhor solução. Contudo, a comunicação não deve ficar no

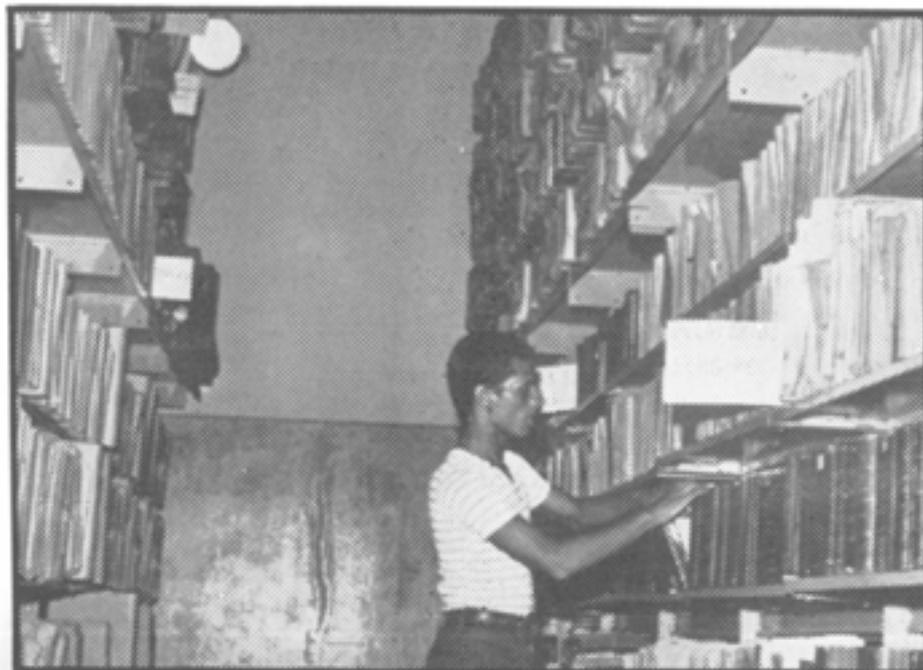
terreno do informal. Os resultados devem ser registrados, em relatórios, informes, artigos, etc. para que outros profissionais deles aproveitem e para que, finalmente, sejam indicados, eventualmente como leitura, nos cursos universitários. Esta é a importância dos que militam numa profissão: Alimentar os cursos acadêmicos de modo a ajudá-los a formar cada vez menos, "profissionais" teóricos, inteiramente defasados da realidade, como está acontecendo, de um modo geral, no País.



# Sergipe em tempo de arquivo

Terezinha Alves de Oliva  
Diretora do Arquivo Público do  
Estado de Sergipe

É sempre com indignação que os mais avançados em idade vêem nos jovens as atitudes de irreverência e desrespeito às tradições. Entretanto, se por um lado os mais velhos se chocam com a juventude, por outro, pouco em geral eles próprios têm feito, para a preservação do que representa, de maneira concreta, o embasamento sobre que se assentam as mesmas tradições, normas e valores. Neste plano colocam-se no Brasil os Arquivos, que, regra geral, são vítimas da mentalidade que os considera apenas um mal necessário, um peso a mais que a administração



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia brasileira de Documentação. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960 – irregular.
2. OTLET, Paul – Documentos e documentação. In: BRASIL, Departamento Administrativo do Serviço Público. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro, 1964. 357 p.p. 285-310.
3. BRIET, Suzanne – Qu'est-ce que la documentation? Paris, EDIT, 1951. 48 p.
4. SHERA, Jesse H.; KENT, Allen; PERRY, James W. – *Documentation in action*. New York, Reinhold publ-corp, 1956. 466 p.
5. SHERA, Jesse H. & EGAN, Margaret – *Bibliographic organization*. Chicago, The University of Chicago Press, 1951. 275 p.
6. SCHELLEMBERG, T.R. – *The Management of Archives*. New York, London, Columbia university press, 1965. 383 p.

tem que carregar. Tal maneira de pensar tem levado o patrimônio documental do país a sofrer as conseqüências de atitudes de indiferentismo ou até de certo vandalismo, pelo desprezo à conservação dos documentos ou pela destruição dos mesmos. Nos nossos dias, assistimos a um grande esforço para o rompimento com a mentalidade prejudicial que se arraigou, no intuito de dar uma nova feição ao problema Arquivos — um problema nacional.

Em outubro passado, um jornal de Aracaju publicava uma reportagem sob o título "Estão criando a memória de Sergipe". Era um amplo enfoque dado ao Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), pela nova fase em que vive, desde 1970, quando o recém criado Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da Secretaria de Educação e Cultura (DCPH) tomou em suas mãos o novo órgão que lhe ficara subordinado e praticamente o recriou, tirando-o da situação que atravessava, havia seis anos, de completo abandono. A "memória de Sergipe", desde o longínquo ano de 1848, quando foi instalada na Biblioteca Provincial a Seção de Arquivo, na antiga capital da Província, atravessou as mais diferentes situações, ainda como Seção da Secretaria Geral do Governo da Província e quando ocupou, sucessivamente, em Aracaju, salas do Palácio do Governo, da Assembléia Legislativa e do antigo prédio da Escola Normal até atualmente, instalado no Palácio da Cultura, sem esquecer o período em que o acervo foi distribuído ao léu em porções de vários edifícios, por seis longos anos, visto que as suas salas, na Escola Normal, não comportavam toda a documentação. É deveras uma história cheia de vicissitudes.

A criação do Arquivo Público em Sergipe, data de 15 de outubro de 1923, no governo Graccho Cardoso, pela Lei nº 845, sendo, em 1926, sancionado o seu Regimento, criando-se-lhe as Seções de Biblioteca, Mapoteca e Museu. E, 1945, no Governo Augusto Maynard Gomes, o Decreto-Lei nº 238 cria pela segunda vez o Arquivo Público de Sergipe, que se tornou, em 1949, subordinado à Secretaria da Justiça. Em 1970, a 25 de novembro, a Unidade

era transferida para a alçada da Secretaria de Educação e Cultura, e ficando diretamente subordinada ao DCPH. O Departamento firmou como uma de suas metas prioritárias, a salvação do Arquivo Público, que não tinha condições de satisfazer nenhuma das suas funções, transformado apenas em depósito de documentos, sem as mínimas condições de conservação. Todo o trabalho de transferência, reordenação e de implantação de novo método de classificar, foi realizado por dez universitários, no seu período de férias, com a orientação direta da Professora Beatriz Goes Dantas, então Diretora do DCPH. O Arquivo Nacional, participou do trabalho, atendendo a solicitação da SEC, assistindo e orientando a seleção e classificação do material, com o envio do Sr. José Lima de Carvalho, da sua Seção de Catálogo Coletivo. Desta maneira, o acervo do APES obedece à classificação por Fundos.

Compõe o acervo do APES, toda a documentação do antigo Arquivo da Secretaria Geral, além do que depois lhe foi incorporado. Correspondência oficial do Governo, documentos sobre assuntos da Polícia, Justiça, Obras Públicas, Educação e Fazenda, além de jornais diversos, Biblioteca (em organização) e uma pequena Mapoteca.

Através de algumas doações o APES tem conseguido enriquecer o seu acervo de diversificá-lo com o funcionamento da sua Seção de Permuta. De 1822 era o seu documento mais antigo, mas uma doação realizada em outubro próximo passado, fez incorporar ao APES a escritura de doação de terras do Sítio dos Campinhos, da Vila de Nossa Senhora do Itapicuru de Cima, que data de 1774.

Atualmente, o AP tomou a si a guarda de documentos da Receita Federal em Aracaju, cujo trabalho de seleção vem sendo realizado.

### ADMINISTRAÇÃO

Administrativamente, o APES está dividido em três Seções: a de Arquivo Geral, a Biblioteca e a Administração. Desde 1970, todo o Arquivo empenha-se na reorganização e reclassificação dos documentos, entretanto, dentro dos

seus limites, vem procurando corresponder às suas finalidades. Pesquisadores já o procuram e nele diretamente, estudantes universitários recebem aulas de Prática de Pesquisa Histórica. Ultimamente, cresce com intensidade o seu movimento de fornecimento de certidões e informações diversas. Tem-se procurado sobretudo divulgar o Arquivo como casa de Pesquisa, iniciando-se a integração do mesmo nas atividades culturais e educacionais do Estado.

### PLANOS

Nos planos do AP incluem-se o recolhimento efetivo dos arquivos cartoriais e administrativos e a prestação de assistência e orientação a arquivos históricos e administrativos no Estado, bem como o aperfeiçoamento crescente do seu pessoal técnico.

Para que tudo isto se possa concretizar, o APES iniciou, com o apoio valioso do Conselho Estadual de Cultura, a luta pela consecução da sua sede própria, que virá solucionar o angustiante problema de espaço de que ainda é vítima e que vem sacrificando algumas das suas atividades. Para tanto foi solicitado o prédio da Biblioteca Pública Estadual, esperando-se do Sr. Governador, Engº Paulo Barreto de Menezes, a acolhida e o atendimento a este pedido. O governo Estadual vai construir um novo e moderno edifício para a Biblioteca Pública, devendo, com a transferência do acervo bibliográfico, ficar desocupado o atual prédio, que se presta de maneira excelente para nele instalar-se condigna e definitivamente, o Arquivo Público do Estado.

Decisivos têm sido, no panorama da nova vida que atravessa o APES, a administração do Secretário de Educação e Cultura, Prof. João Cardoso Nascimento Júnior, e o apoio da Diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, Professora Núbia Marques. É a soma do trabalho de todos que leva o Arquivo Público a empenhar-se realmente em "criar a memória de Sergipe" e em participar efetivamente da vida cultural, educacional e administrativa do Estado.

# Ruf aconselha: suspenda os arquivos da sua empresa.

Provavelmente você nunca parou para pensar em problemas técnicos de arquivamento, e acha que todos os sistemas são iguais. Por isso, escute o que a Organização Ruf tem a dizer.

Ela vem pensando em técnicas de arquivamento há muitos anos, e nesse ramo, é pioneira no Brasil. Ela criou o Sistema

Vetro Lateral, que é ideal para grande número de pastas, e de grande versatilidade: pode ser usado em estantes e armários, com grande economia de espaço. E o Sistema Vetro Mobil, que oferece grande variedade de pastas em cartão especial. Os guias metálicos são de várias cores, e o sistema de "clips" facilita a montagem e a legibilidade.

Agora, consulte a RUF, e escolha um sistema de arquivamento à altura de sua empresa: Vetro Lateral ou Vetro Mobil.

Pastas Suspensas  
VETRO-MOBIL  
e VETRO-LATERAL

ORGANIZAÇÃO **Ruf** S.A.

Equipamento para Escritórios

RIO DE JANEIRO - Rua Dabret, 79A - Tel. 224-3022  
SÃO PAULO - Rua da Consolação, 41 - Tel. 239-0811  
BELO HORIZONTE - Av. Alameda Paris, 941 - Tel. 24-3733  
PORTO ALEGRE - Av. Marechal, 380 - Tel. 22-2192  
CURITIBA - Rua João Negri, 45-s/104 - Tel. 22-6822

# I Congresso Brasileiro de Arquivologia

Marilena Leite Paes  
Maria de Lourdes Costa e Souza

Promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, e sob o patrocínio do Arquivo Nacional, da Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais – PAPPE, do Ministério da Saúde, e da Seção Antiquário de O Globo, realizou-se no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de outubro de 1972, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, com as seguintes finalidades:

1. Discutir os problemas relacionados com arquivos, em todos os seus aspectos
2. Divulgar informações técnicas
3. Promover o congrejamento entre os interessados na matéria
4. Estudar e tornar conhecida a situação dos arquivos médicos no Brasil.

Com a presença de aproximadamente de 1.300 congressistas, contou o Congresso com representantes de todos os Estados, com exceção do Pará, Piauí e Mato Grosso.

As sessões de estudo foram desenvolvidas em 2 grupos – *temas gerais* e *temas especiais*: arquivos médicos, realizadas as do primeiro grupo no Palácio Tiradentes, e as do segundo no Hotel Serrador.

As sessões de estudo foram desenvolvidas em 2 grupos – *temas gerais* e *temas especiais*: arquivos médicos, realizadas as do primeiro grupo no Palácio Tiradentes, e as do segundo no Hotel Serrador.

Os trabalhos obedeceram à seguinte apresentação:

## TEMAS GERAIS

- Sistema Nacional de Arquivos  
Reladoras: Lourdes Costa e Souza e Maria Luiza Dannemann
- A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil  
Relatora: Astréa de Moraes Castro

- A Formação do Técnico  
Relatora: Hâmda Rodrigues Helluy
- A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil  
Autor: Vivaldo Lima de Magalhães
- O Arquivista  
Autor: Marcos Antonio Coelho
- Estudo da Arquivística na Biblioteconomia Gaúcha  
Autora: Suzana Moraes
- Currículo de Arquivística  
Autor: Washington José de Moura
- Organização do Arquivo Fiscal  
Relator: Arthur Ebert
- A Importância Social dos Arquivos  
Relator: Francisco José Souza
- Esboço de um Método para Classificação de Atos Oficiais  
Autores: João Baptista P. Ramos e Lêda Ticiano W. Naylor
- Nota do Departamento Geral de Documentação da Secretaria de Administração do Governo do Estado da Guanabara sobre o Sistema de Documentação e os Arquivos  
Autora: Helena Correa Machado
- Estudo da História Contemporânea  
Relator: Stanley Hilton
- Os Arquivos na Recriação da História  
Autor: Francisco Riopardense de Macedo
- Os Arquivos e a História Municipal  
Autor: Manoel Lelo Bellotto
- Comunicações sobre Artes Visuais, Literatura e História do Brasil, por Pesquisadores do Instituto de Estudos

Brasileiros da Universidade de São Paulo

Relatora: Heloisa Liberali Bellotto

- A experiência Paranaense no Levantamento de Arquivos  
Reladoras: Altiva Pillatti Balhana  
Cecília Maria Westphalen
- O Arquivo Histórico do Museu Imperial a Serviço da Pesquisa no Campo da História  
Autora: Maria Amélia Porto Migueis
- A Importância do Arquivo e Levantamento de Documentos Históricos no Estado da Guanabara  
Autores: Grupo do Curso de Museus
- Arquivos Municipais do Estado do Rio de Janeiro  
Autora: Marilda Corrêa Ciribelli
- A Microfilmagem a Serviço da Administração Fiscal  
Relator: Heitor Schiller e Assesores
- O Arquivo e o Computador  
Relator: Antonio Garcia de Miranda Neto
- Pastas especiais para arquivamento de listagens de computadores eletrônicos  
Apresentador: Henrique Silva Cruz
- Microfilmagem de Documentos  
Autora: Mercedes Mangeon Gonçalves
- Microfilmagem: Avaliação, Seleção e Preparo da Documentação  
Relatora: Maria de Lourdes Claro de Oliveira
- O Microfilme no Arquivo  
Relator: Associação Brasileira de Microfilmagem, representada por Antonio de Paula de Andrade e Silva e Waldemar Falcão de Lima Filho

- Microfilmagem: Planejamento e Implantação de Sistemas  
Relator: José Lazaro de Souza Rosa
- O Arquivo como Elemento de Comunicação  
Relator: Raul do Régio Lima
- Terminologia Arquivística  
Relatora: Marilena Leite Paes, representando a Associação dos Arquivistas Brasileiros
- Projeto Pandora  
Autoras: Fernanda C. e Almeida e Lourdes Rego Novaes
- Projeto Musa  
Autoras: Fernanda C. e Almeida e Lourdes Rego Novaes
- Participação dos Arquivos na Ação Cultural  
Autora: Myriam Mani Zambel
- Programas de "SLIDES" do Sistema de Arquivo e Microfilmagem de Furnas Elétricas S. A.  
Apresentadora: Gilda Nunes Pinto

- Administração e Controle da Produção Documental em Função da Pesquisa  
Autora: Nilza Teixeira Soares
- Operação Arquivos I  
Projeto Rondon

#### TEMAS ESPECIAIS: ARQUIVOS MÉDICOS

- Arquivo Médico  
Relator: Representante do Ministério da Saúde
- Recursos Humanos – Treinamento de Pessoal no Arquivo Médico  
Relatora: Lêda Ticiano Walker Naylor
- Arquivo Médico  
Relator: Washington José de Almeida Moura
- Matrícula de Pacientes  
Relatora: Maria Coaraci Veloso

- Classificação de Doenças em Psiquiatria  
Relatora: Dr<sup>ª</sup> Maria de Lourdes Martins
- Planejamento do Arquivo Médico: Preceitos Básicos  
Relator: Dr. Oberdan Revel Perrone
- Padronização do SAME  
Relatora: Dr<sup>ª</sup> Maria Luiza de Lemos
- Padronização do Prontuário Médico  
Relator: Dr. Gerardo A. Magalhães
- A Microfilmagem Aplicada ao Arquivo Médico  
Relator: Micro-Systems (Antonio Paulo A. Silva)
- O Prontuário Médico e as Novas Dinâmicas do Cuidado do Paciente  
Relator: Dr. Delcídes de Oliveira Baumgratz
- Contribuição e Demonstração Prática do Uso de Computadores  
Funcionalidade e Dinâmica do Arquivo Médico na Integração Paciente – Médico – Doença



- Arquivista  
Relatores: Dr. Benildo Meirelles Tavares e Dr. Celso Carvalho Filho  
Analista de Sistema: J. A. Sobral de Souza
- Pastas Especiais para Arquivamento de Listagens de Computadores Eletrônicos  
Apresentador: Henrique Silva Cruz
- O Serviço de Arquivo Médico e Estatística - Seu entrosamento no Hospital  
Relatores: Dr. Dilmar José Baldissera  
Dr. Roland Perret Bossemayer
- Serviço de Arquivo Médico e Estatística do Hospital Santa Maria da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro  
Relatores: Dr. José Joaquim Cabral de Almeida  
Léda Ticiano Walker Naylor
- Serviço de Arquivo Médico - Sua importância  
Relatora: Drª Nilza Mello de Souza
- Importância do Prontuário Médico  
Relator: Dr. Juarez de Queiroz Campos
- Codificação de Doenças e Operações  
Relator: Dr. Ruy Laurenti
- Arquivamento do Prontuário Médico pelo Sistema Alfanumérico  
Relator: Dr. Oberdan Revel Perrone
- Internação de Doentes no Hospital Geral  
Relator: Dr. Adonis Jorge Mussé
- Tipos de Fichários e Arquivos de um Hospital  
Relator: Dr. Gilberto Florentino da Costa
- Aplicação de Computadores em Hospital - Resumo de uma experiência  
Relator: Dr. Juarez de Queiroz Campos
- Avaliação do Profissional e do Hospital  
Relatora: Drª Lourdes de Freitas Carvalho
- Registro e Elaboração de Dados Estatísticos  
Relator: Dr. Juan Stuardo Yazle Rocha
- Prontuários Médicos: Componentes  
Relatora: Maria Mathilde Marchi
- Levantamento das Necessidades Nacionais  
Relator: Dr. Geraldo José da Rosa e Silva
- Aspectos Legais do Prontuário  
Relator: Dr. Armando Rodrigues
- Prontuários Médicos e INPS  
Relator: Dr. João Ganne
- Regimento Interno do Serviço de Documentação Médica do Hospital Estadual Souza Aguiar  
Relator: Dr. Ruy de Castro Sodré



#### ATIVIDADES ESPECIAIS

No auditório de O GLOBO, realizou-se um Painel sobre conservação e restauração de documentos, com o comparecimento e participação de pessoas interessadas nos vários aspectos do problema.

Ainda no auditório de O GLOBO foi realizada uma Mesa Redonda sobre coleções e arquivos particulares; sua divulgação, fórmulas de estímulo aos colecionadores que aplicaram anos de pesquisa e bens materiais na conservação desses acervos.

Nessa Mesa Redonda, que congregou especialistas e amadores, foi aprovada uma proposta no sentido de ser estudada a criação de um cadastro do patrimônio cultural brasileiro, que possibilite a localização das coleções, facilitando as pesquisas.

Um Grupo de Trabalho, constituído por representantes de Universidades, professores e especialistas, foi designado para estudar e propor o currículo mínimo para o ensino de Arquivo em nível superior, a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

Aproveitando o ensejo da realização do Congresso, e com vistas a debater pontos de interesse comum, o Diretor do Arquivo Nacional promoveu um encontro com os Diretores dos Arquivos Públicos Estaduais.

#### ARQUIVEXPO/72

Paralelamente ao I Congresso Brasileiro de Arquivologia, foi promovida, no Hotel Serrador, a *Exposição Brasileira de Sistemas, Técnicas e Equipamentos de Arquivos, Administração e Escritório - Arquivexpo/72*, que contou com a participação de várias firmas, objetivando propiciar aos congressistas uma divulgação conveniente e direta das mais atualizadas técnicas e equipamentos do ramo. Participaram, também, da Arquivexpo-72 a Secretaria de

Cultura, Desportos e Turismo; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com uma mini-agência e um carimbo postal relativo ao evento; a Fundação Getúlio Vargas, com um stand de publicações especializadas em documentação.

#### REVISTA: ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

Aproveitando a oportunidade do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, foi lançada a Revista *Arquivo & Administração*, órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, promotora do evento, para distribuição gratuita. A publicação, quadrimestral, circulará nos meses de abril, agosto e dezembro, divulgando informações de interesse dos arquivistas, como da indústria, comércio, bancos, administração pública e privada, e de pesquisadores de História.

#### ATIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

Precedendo a sessão de abertura do I Congresso Brasileiro de Arquivologia inaugurou-se a exposição — *Dez Gravadores Brasileiros*, cujas obras permaneceram expostas durante o período de realização do Congresso.

Em comemoração ao Ano Internacional do Livro, e homenageando o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, a Biblioteca do Arquivo Nacional promoveu a exposição de Obras Raras. Um excelente catálogo, contendo a reprodução das fichas das obras expostas e de todas as demais obras raras de seu acervo, foi preparado pela Chefe da Biblioteca, Maria de La Encarnacion España Iglésias.

Com a participação de Maria Fernanda Meirelles Correia Dias e seu Grupo de Teatro, foi apresentada aos Congressistas a peça "O Romancero da Inconfidência", de Cecília Meirelles.

Como parte do encerramento, foi organizado um jantar informal, no *Roda Viva*, que decorreu em ambiente alegre e descontraído, com a participação de grande número de congressistas.

E, para encerrar, aceitando o convite cordialmente feito pela Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, compareceram os participantes do Congresso a uma Noite de Samba, muito animada e devidamente apreciada por todos.

#### RECOMENDAÇÕES

O I Congresso Brasileiro de Arquivologia, estabeleceu as seguintes recomendações a serem encaminhadas, através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, às autoridades e órgãos competentes:

- 1 — que seja retomado o estudo, para transformar em lei, o anteprojeto de criação do Sistema Nacional de Arquivos;
- 2 — que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo;
- 3 — que as autoridades e os administradores em geral sejam alertados e esclarecidos sobre a natureza, valor e importância dos arquivos, como fonte primária de informação, no processo do desenvolvimento nacional;
- 4 — que os critérios de avaliação dos documentos oficiais, com vistas à eliminação ou preservação, sejam sistematizados e devidamente divulgados;
- 5 — que das comissões de eliminação de documentos participem, obrigatoriamente, especialistas em arquivo que terão como consultores, historiadores e cientistas sociais devidamente qualificados;
- 6 — que se reconheça a necessidade da preservação e conservação dos documentos em poder das autoridades administrativas e entidades privadas e que eles, ao se tornarem dispensáveis às suas atividades, sejam recolhidos aos arquivos públicos ou instituições interessadas na pesquisa histórica-social (universidades, institutos históricos e congêneres);

7 – que seja modificado o atual projeto de Código de Processo Civil a fim de impedir a destruição de processos judiciais passados em julgado observando-se apenas o preceito legal do seu recolhimento aos arquivos públicos federais e estaduais competentes;

8 – que sejam microfilmados os documentos de interesse histórico-social, conservando-se em locais separados os originais e microfilmes, para maiores garantias da sua conservação;

9 – que nas leis orçamentárias dos governos federal, estaduais e municipais sejam incluídos maiores recursos destinados aos arquivos públicos;

10 – que ao Arquivo Nacional se assegurem, efetivamente, o controle e a assistência técnica à documentação arquivada nos diversos órgãos da administração federal direta e indireta;

11 – que seja estudada a criação de um sistema nacional de informação de toda a documentação histórica do Brasil, com base na efetivação do Catálogo Coletivo de Arquivos Brasileiros, atribuição do Arquivo Nacional;

12 – que os dispositivos preconizados pela medicina preventiva e higiene do trabalho sejam rigorosamente observados nos arquivos;

13 – que o Governo do Distrito Federal promova a instalação do Arquivo Público de Brasília;

14 – que o Poder Executivo da União, estabeleça a custódia centralizada dos arquivos em desuso nos vários órgãos da administração federal sediada em Brasília, para isso erigindo ali nova sede do Arquivo Nacional, a fim de abrigar o conjunto dos Arquivos dos Três Poderes, patrimônio cultural e histórico do país, sem prejuízo da permanência do atual no Rio de Janeiro;

15 – que sejam revistos os níveis de remuneração dos cargos atinentes aos trabalhos de arquivo, tornando-os compatíveis com a importância das tarefas que lhes são atribuídas;

16 – que se estabeleçam normas que regulamentem a instalação e o funcionamento de Serviços de Arquivo Médico e Estatística, nos hospitais brasileiros;

17 – que se uniformizem a coleta e apuração de dados de estatística médica e administrativa dos Serviços de Arquivo Médico e Estatística dos hospitais brasileiros, com o objetivo de proporcionar dados informativos que possibilitem as melhorias da assistência médica no país;

18 – que se adotem medidas que visem a aperfeiçoar os recursos humanos necessários ao funcionamento dos serviços de arquivo médico do país;

19 – que se crie, no Serviço Público e Privado a carreira de Técnico de Arquivo Médico e Estatística;

20 – que a Associação dos Arquivistas Brasileiros, em colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, elabore projeto de norma fixando a terminologia arquivística;

#### AGRADECIMENTOS

A Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Arquivologia apresenta calorosos agradecimentos ao Arquivo Nacional, à Fundação Getúlio Vargas e ao Ministério da Saúde que, pelo seu apoio irrestrito, facilitaram a realização do Congresso; à Câmara dos Deputados pela cessão do Palácio Tiradentes e, de modo especial aos funcionários que prestaram sua colaboração aos membros da Comissão Organizadora; e, finalmente a todas as pessoas que voluntária e eficientemente contribuíram para o êxito do Congresso.



#### BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

##### I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA – 1972

Especificação	Despesa	Receita
	Cr\$	Cr\$
Doação do Ministério da Saúde	—	15.000,00
Inscrições	—	34.799,00
Receita Material e Equipamentos	—	30.000,00
Correspondência	1.119,00	—
Gratificações	3.135,00	—
Telefonemas interurbanos	131,16	—
Material de expediente	1.047,23	—
Prestação de serviços	61.985,12	—
Saldo	12.381,49	—
<b>Total</b>	<b>79.799,00</b>	<b>79.799,00</b>

## CONTRIBUIÇÃO

Finalmente a Assembléia ele-  
vou para Cr\$ 10,00 (dez cru-  
zeiros), segundo o Artigo 11, le-  
tra f dos Estatutos, a contribui-  
ção dos senhores associados,  
a vigorar a partir do segundo  
semestre de 1973.

### ATIVIDADES PREVISTAS PARA 1973

A programação da A.A.B. pa-  
ra o ano corrente prevê a reali-  
zação das seguintes atividades:  
elaboração dos anais do I Con-  
gresso Brasileiro de Arquivolo-  
gia, mesas redondas sobre "o  
campo profissional do arquivis-  
ta" e "sistema de documenta-  
ção", painel abordando o pro-  
blema de critérios para avalia-  
ção do valor histórico dos  
documentos, cursos de "plane-  
jamento e organização de arqui-  
vos de empresa" e "arquivo de  
documentação fiscal", seminá-  
rio visando a atualização de  
professores para o ensino supe-  
rior de arquivo e encaminhar,  
às autoridades governamentais,  
as recomendações do recente  
Congresso de Arquivologia, su-  
gestões no sentido de promo-  
ver a melhoria social e funcio-  
nal dos profissionais de arqui-  
vo, além de providenciar as for-  
malidades relacionadas com os  
registros estadual e federal da  
entidade.

### SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ARQUIVO MÉDICO

O Serviço de Arquivo Médico  
e Estatística — órgão técnico  
administrativo — é um setor de  
importância fundamental para  
o paciente, médico, instituição,  
ensino, pesquisa e defesa legal,  
no complexo hospitalar. Sua fi-  
nalidade é a identificação, sele-  
ção, controle, guarda e conser-  
vação do prontuário médico e  
seu funcionamento eficaz de-  
pende, em última análise, dos  
arquivistas responsáveis. O ser-  
viço atende, também, às esta-  
tísticas médicas e de natureza  
administrativa, de todo o hos-  
pital, devendo apresentar resul-  
tados diários, mensais e anuais  
do movimento global, inclusive  
confeccionando a estatística

nosológica, de operações, óbi-  
tos e *causa mortis*. Através des-  
se controle é processada a ava-  
liação da capacidade profissio-  
nal do corpo clínico pela audi-  
toria médica. Ainda são atribui-  
ções inerentes e relevantes dos  
arquivistas, o registro da movi-  
mentação de doentes de ambu-  
latório e internados, a análise,  
arquivamento e controle do  
prontuário médico, dados valio-  
sos da vida progressa e atual  
do paciente. A Associação Bra-  
sileira de Arquivo Médico e Es-  
tatística — ABAME, cuja nova  
diretoria para o período . . . . .  
1972/1974 foi eleita em outu-  
bro próximo passado, prográ-  
mou para os dias 9 e 10 de  
novembro de 1973, em Belo  
Horizonte, o Simpósio Brasilei-  
ro de Arquivo Médico. No pró-  
ximo número divulgaremos ou-  
tras informações sobre o as-  
sunto.

### CURSO DE TÉCNICA DE MICROFILMAGEM

A "Associação Brasileira do  
Microfilme" vai realizar, em  
convênio com a Universidade  
do Estado da Guanabara, um  
curso técnico sobre a prática  
da microfilmagem, com a dura-  
ção de dois meses (julho e  
agosto), no Rio de Janeiro.  
Maiores esclarecimentos com  
o sr. Waldemar Durval Falcão  
Lima, pelo telefone 252-1305.

### COMUNICAÇÃO VISUAL

Maity Comunicação Visual  
inicia a partir deste número de  
ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO,  
através de contrato firmado com  
a Associação dos Arquivistas  
Brasileiros, a elaboração técni-  
ca, artística e publicitária da re-  
vista, que reúne os nomes mais  
expressivos no seu campo de  
atividades. A Maity, especializa-  
da em programação visual e  
planejamento gráfico, é integra-  
da por uma equipe de jovens  
formados no Curso de Publici-  
dade e Propaganda da Univer-  
sidade Federal Fluminense,  
cujos trabalhos em Comunica-  
ção Visual já tiveram grande  
aceitação em diversos concus-  
sos.

## SÓCIOS HONORARIOS

O Conselho Deliberativo da  
A.A.B., em reunião do dia 15 de  
março de 1973, resolveu con-  
ceder o título de sócio honorá-  
rio às seguintes personalidades,  
pelos esforços e trabalhos de-  
senvolvidos em prol da arqui-  
vística: Antonio Garcia de Mi-  
randa Netto, Aurélio Tanodi,  
Elio Lodolini, José Honório Ro-  
drigues, Raul do Rêgo Lima,  
Rui Vieira da Cunha e Vicente  
Sobrião Porto.

## ASSEMBLEIA GERAL

Realizou-se no dia 22 de mar-  
ço de 1973, no Salão Nobre do  
Arquivo Nacional, com elevado  
número de associados, a As-  
sembléia Geral Ordinária da  
Associação dos Arquivistas Bra-  
sileiros, para apreciação do re-  
latório e prestação de contas  
da diretoria, renovação de um  
terço do Conselho Deliberativo,  
eleição do Conselho Fiscal e fi-  
xação da nova mensalidade. A  
presidência dos trabalhos cou-  
be ao Doutor Rui Vieira da  
Cunha. O relatório e a presta-  
ção de contas, com pareceres  
favoráveis dos Conselhos Fiscal  
e Deliberativo, foram aprovados  
por unanimidade. Processadas  
as eleições, verificou-se o se-  
guinte resultado: Renovação do  
terço do Conselho Deliberativo  
(arts. 11 letra b, 12, 15 e 24 letra  
b dos Estatutos) — EFETIVOS:  
Lourdes Costa e Souza, Astréa  
Moraes e Castro e Helena Cor-  
rêa Machado; SUPLENTE: Gil-  
da Nunes Pinto e Celina Perei-  
ra Gondim. Eleição do Conse-  
lho Fiscal (arts. 11, letra b, 12,  
16 e 24, letra a dos Estatutos)  
— EFETIVOS: Deusdedit Leand-  
ro de Oliveira, José Paes de  
Barros e Geraldo Martinelli;  
SUPLENTE: Milton Machado e  
José Lima de Carvalho.



